



Marcos Campos Sistemas

Brasília-DF, 20 de abril de 2022.

À Presidência

Informamos que o processo por Meio Eletrônico possibilitou a coleta, apuração e a totalização dos votos de forma rápida e transparente, não apresentando problemas durante o período de votação e a apuração do resultado final.

A apuração do resultado final ocorreu no dia 20 de abril de 2022 a partir das 21:05 hs.

Encaminhamos o Resultado Final da Apuração da Votação da Proposta AGE 19.04.2022.

Sem mais para o momento, agradeço.

Cordialmente,

Marcos Augusto de Campos

Perito – Economista e Analista de Sistemas



Marcos Campos Sistemas

APURAÇÃO FINAL DA PROPOSTA AGE 19.04.2022

TOTAL DE VOTOS CONTABILIZADOS: 617

APURAÇÃO RESULTADO FINAL - AGE 19.04.2022						
Quesito	Concordo	%	Não Concordo	%	Total	%
1	480	77,80	137	22,20	617	100,00
2	532	86,22	85	13,78	617	100,00
3	509	82,50	108	17,50	617	100,00
4	445	72,12	172	27,88	617	100,00
5	523	84,76	94	15,24	617	100,00
6	529	85,74	88	14,26	617	100,00
7	521	84,44	96	15,56	617	100,00
8	536	86,87	81	13,13	617	100,00
9	527	85,41	90	14,59	617	100,00
10	426	69,04	191	30,96	617	100,00
11	513	83,14	104	16,86	617	100,00
12	436	70,66	181	29,34	617	100,00
13	509	82,50	108	17,50	617	100,00



Marcos Campos Sistemas

Relação dos Quesitos – AGE 19.04.2022

- 1) Comunicação ao Diretor-Geral da Polícia Federal, via ofício, de que, diante da ausência de reconhecimento e de valorização dos esforços dos policiais federais por parte do governo federal, a ADPF recomenda aos associados que não realizem deslocamentos para o cumprimento de missões sem o recebimento prévio de diárias, nos termos do previsto na legislação, bem como que deslocamentos superiores a 400 km sejam feitos sempre por via aérea;
- 2) Comunicação ao Diretor-Geral da Polícia Federal, via ofício, para que, no prazo de 30 dias, estabeleça critérios para compensação ou remuneração do sobreaviso, na forma do determinado em acórdão do Tribunal de Contas da União.
- 3) Em todos os eventos oficiais da Polícia Federal em que for possível, levar faixas e adesivos sobre a desvalorização dos Policiais Federais e não cumprimento do compromisso firmado pelo Presidente da República.
- 4) Programação de mecanismos de operação-padrão/redução de produtividade nas atividades administrativas de fiscalização realizadas pela Polícia Federal, em conjunto com os demais cargos.
- 5) Cobrança massiva pelos associados nas redes governamentais e pessoais da Presidência da República sobre o cumprimento do acordo (lives, redes sociais, etc).
- 6) Intensificar junto a sociedade a cobrança da Presidência da República sobre o descumprimento do compromisso, inclusive mostrando os vídeos em que afirma o compromisso, e sobre a desvalorização dos policiais federais, incluindo as constantes trocas de comando da Polícia Federal.
- 7) Agendar reunião com presidenciáveis, expondo a necessidade de um verdadeiro compromisso com a valorização dos policiais da união, o que não ocorreu nos últimos anos. Dentre outras pautas, a necessidade de mandato para Diretor-Geral da Polícia Federal com lista tríplice, sobreaviso remunerado, aumento dos valores das diárias, plano de saúde, estruturação de apoio psicológico e a reestruturação das carreiras policiais federais.
- 8) Utilizar nas redes sociais e páginas oficiais das entidades de classe mensagens destacando a desvalorização dos policiais federais da união e o descumprimento do compromisso do Presidente da República. Incentivar os associados a compartilharem estes conteúdos.
- 9) Mobilizações conjuntas com APCF, FENADEPOL, FENAPEF, FENAPRF, FENAPPF e SINPECPF. Participação recíproca nas manifestações das entidades. Carreatas, manifestações em frente às unidades dos órgãos, dentre outras.
- 10) Recomendar aos associados a não utilização de qualquer meio de comunicação ou ferramenta de trabalho que não seja o oficial/disponibilizado pela administração.
- 11) Realização da próxima Assembléia Geral Extraordinária no dia 02 de maio.



Marcos Campos Sistemas

12) Indicativo de paralisação das atividades juntamente com as demais entidades, a ser ratificado na próxima Assembléia Geral Extraordinária, prevista para 02 de maio.

13) Cobrança pública e direta do Ministro da Justiça e Segurança Pública, a partir de 02 de maio, caso não seja assinada a Medida Provisória da reestruturação da Polícia Federal até tal data.